PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA - TEL. DDD(0182) - 73-1333
CEP 19160 - 000 ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1898/93 - de 06 de Outubro de 1993.

Dispõe Sobre : as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1994 e da outras providências.

ATHOS BOIGUES, Prefeito Municipal de Álvares Machado, estado de São Pualo, uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e seu sanciono e promulgo a seguinte lei".

Art.1o - O Orçamento anual do municipio abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta ou indireta.

Art.2o - A elaboração da proposta orçamentária do municipio para o exercicio de 1994, obedecerá ás seguintes diretrizes gerais sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

Parágrafo Primeiro - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Parágrafo Segundo - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercicio em curso, corrigidas monetariamente, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços prestados.

Parágrafo Terceiro - As estimativas das receitas considerar-se-á tendência do presente exercicio e os efeitos das modificações na Legislação Tributárias, as quais serão objetos de projetos de Lei a ser encaminhado á Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercicio.

Parágrafo Quarto - Os projetos em face de execução terão prioridade sobre os novos projetos.

Parágrafo Quinto - O pagamento do serviço da divida de pessoal e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

Parágrafo Sexto - O municipio aplicará 25% (vinte e cinco por cento) sua receita resultante de imposto, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar.

Art.3o - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do municipio, procederá a seleção das prioridades estabelecida no plano plurianual, a serem incluidas na proposta Orçamentária, podendo se necessário, incluir programas não elencados, desde que financiado com recursos de outras esferas de Governo.

Art.4o - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas da educação, cultura, saúde e assistência social.

Art.5o - As despesas com pessoal da administração direta e indireta ficam limitados a 65% (sessenta e cinco por cento), da receita corrente, na forma do artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro - Entende-se como receitas correntes para efeitos de limite do presente artigo o somatória das receitas correntes da Administração direta e das receitas correntes da

Administração indireta, proveniente de autarquias e fundações públicas excluidas as receitas oriundas de Convênioas.

Parágrafo Segundo - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta nas seguintes despesas :

- Salários ;
- Obrigações Patronais ;
- Proventos de aposentadoria e pensões ;
- Remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito ;
- Remuneração dos Vereadores.

Parágrafo Terceiro - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos e alterações na estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal e qualquer título, só poderá ser feita se houver prévia dotação Orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercicio, obedecido o limite fixado no "caput".

Art.6o - Fica autorizado a concessão de ajuda financeira ás entidades relacionadas sem fins lucrativos :

- Asilo São Vicente de Paulo de Álvares Machado ;
- Hospital Espirita de Marilia ;
- Centro Clinico Educacional BEM-ME-QUER de Álvares Machado;
- Santa Casa de Álvares Machado ;
- Santa Casa de Presidente Prudente ;
- Hospital e Sanatório São José de Pres. Prudente ;

- Sanatório Allan Kardec de Pres. Prudente ;

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

Parágrafo Segundo - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dedpendendo do plano de aplicação não podendo ultrapassar os 30 dias do encerramento do exercicio.

Parágrafo Terceiro - Fica vedada a concessão de ajuda financeira ás entidades que não prestaram contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiveram as suas aprovadas pelo Exxecutivo Municipal.

Art.7o - A estrutura do Orçamento anual obedecerá á estrutura organizacional aprovada por Decreto e acrescida dos fundos criados por lei.

Art.8o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Álvares Machado, em 06 de Outubro de 1993.

PRAÇA DA BANDEIRA - TEL. (0XX18) 73-1333
CEP 19160-000 ESTADO DE SÃO PAULO

ATHOS BOIGUES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na Secretária da PMAM na data supra.

PAULO JOSE VILLALVA MARTINS

Secret. Administrativo